

Conservação e Resistência: A História da

REDE PRÓ-UC

REDE PRÓ-UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Sumário

- 1. Introdução 6
- 2. Origens: Unidos pelo SNUC 10
 - 2.1 Um novo sistema de conservação 12
 - 2.2 Proteção integral sob ameaça 13
 - 2.3 Rede de defesa 14
 - 2.4 A carta de princípios 16
 - 2.4.1 Carta de Princípios – Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação 17
- 3. A Causa: Por que defender a proteção integral? 20
 - 3.1 Motivações éticas e pragmáticas 23
 - 3.2 A questão das populações tradicionais 24
- 4. Primeira Fase: CBUCs e Institucionalização 26
 - 4.1 Pressão em Campo Grande: a criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena 28
 - 4.2 Crescimento da Rede 30
 - 4.3 Legado dos CBUCs 31
 - 4.4 Grupo Iguaçu 33
 - 4.5 Evolução da marca da Rede Pró-UC ao longo do tempo 34
- 5. Segunda Fase: Nova Estrutura, Novas Batalhas 36
 - 5.1 Novo formato 39
 - 5.2 Conquistas no mar e na terra 40
 - 5.3 Profissionalização 43
- 6. Legado e Relevância 46
- 7. Anexo 51

1. Introdução

Visto de cima, o Parque Nacional do Iguaçu é um imenso borrão verde no oeste do Paraná. Ao todo, são cerca de 170 mil hectares de Mata Atlântica protegida, o equivalente a mais de mil parques do Ibirapuera, o mais emblemático parque urbano da capital paulista. O esforço por sua conservação começou no início do século 20, quando o avião Santos Dumont, impressionado com o cenário das cataratas do Iguaçu, sugeriu ao governador do estado a desapropriação daquele território, o que aconteceu em 1916. Em 1939, a área foi transformada em parque nacional por decreto do presidente Getúlio Vargas, para protegê-la de atividades predatórias que ameaçavam a flora e a fauna locais.

Os observadores do século 21, usando as imagens de satélite disponíveis hoje a qualquer pessoa com acesso à internet, podem constatar que, a poucos metros da linha que delimita a parte conservada, tudo se transformou em monocultura ou pasto. Nos

14 municípios vizinhos ao Parque Nacional do Iguaçu, a mata foi derrubada, sublimada e convertida para o uso humano, sobretudo para a agricultura. É muito provável que se essa unidade de conservação não tivesse sido criada, a terra estaria tão desprovida de Mata Atlântica quanto seu entorno; possivelmente, também não haveria mais onças-pintadas, antas, pavós ou macucos que ainda são avistados por pesquisadores e visitantes.

É para preservar essas áreas para as futuras gerações que surgiu a Rede Pró-Unidades de Conservação, mais conhecida como Rede Pró-UC. O Brasil se orgulha de ser o país com a maior biodiversidade do mundo, mas essa riqueza natural é explorada de maneira predatória e desordenada em todos os biomas, colocando em risco as espécies que lhe concedem esse título. Apesar de as unidades de conservação de proteção integral corresponderem a apenas 6,5% do território continental, elas sofrem constantes ataques – um

cenário preocupante, pois é essa categoria de áreas protegidas a que mais limita a intervenção humana, configurando-se, muitas vezes, como último refúgio de espécies ameaçadas.

Atualmente, a Rede Pró-Unidades de Conservação é a única organização brasileira que tem como missão a defesa efetiva das unidades de conservação (UCs), em especial as de proteção integral. Criada em 1996, a entidade desempenhou, em diversos momentos de sua existência, um papel relevante na proteção da biodiversidade nacional, contribuindo para o fortalecimento e a ampliação do conjunto de UCs no país.

Nos últimos 30 anos, a história da Rede por vezes se entrelaça com a do movimento de conservação do país, uma vez que contou com membros considerados referência do movimento ambientalista nacional – e que, muito antes do surgimento da organização, já atuavam para manter de pé as florestas que tanta gente insistia em derrubar.

Neste documento, busca-se resgatar esse percurso institucional, registrando as origens da Rede Pró-UC, suas ações memoráveis e o propósito que orienta seus associados e apoiadores.

2. Origens: Unidos pelo SNUC

A Rede Pró-UC surgiu no momento que especialistas em conservação e congressistas debatiam a legislação que viria a sistematizar a conservação da natureza brasileira. Para entender como a trajetória dos integrantes desse grupo se entrelaçou e o que motivou sua atuação é preciso retroceder alguns anos.

Entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990, o meio ambiente ganhou centralidade no debate internacional, ao mesmo tempo que conquistava espaço na pauta da sociedade brasileira. O documento “Nosso Futuro Comum”, lançado em 1987 pela Organização das Nações Unidas (ONU), disseminava o conceito de desenvolvimento sustentável e reconhecia os problemas ambientais gerados pela ação humana. Por meio de organizações como a International Union for Conservation of Nature (IUCN) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), avançavam debates, em diversos países, para a elaboração da Estratégia Global da Biodiversidade. No Bra-

sil, a Constituição de 1988 foi promulgada com um capítulo dedicado ao meio ambiente.

Foi nesse contexto que o governo do presidente José Sarney iniciou negociações com o Banco Mundial para criar o Projeto Nacional de Meio Ambiente. Posteriormente reformulado como Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), tornou-se uma fonte de recursos relevante para a área ambiental no Brasil, contemplando investimentos da ordem de US\$ 170 milhões. Seu escopo incluía o fortalecimento institucional das organizações do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)¹ e tinha como um de seus principais pilares as unidades de conservação.

¹ O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), criado pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), foi constituído pelos órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como pelas fundações instituídas pelo poder público responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Durante o planejamento do PNMA o Brasil realizou pela primeira vez uma avaliação geral das UCs federais e estaduais – um diagnóstico conceitual e legal da situação vigente, considerando os fundamentos estabelecidos no Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil².

Até aquele momento, havia pouco mais de 300 unidades criadas – muitas não implementadas –, representando menos de 3% da extensão territorial nacional. As UCs estavam sob as responsabilidades de dois órgãos diferentes, em constante disputa política: o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Cada instituição gestora enquadrava as UCs de uma maneira, por vezes atribuindo denominações distintas a categorias iguais. Além disso, os parâmetros de proteção ambiental estavam fragmentados em leis como o Código Florestal e a Lei de Proteção à Fauna, ambos sob a tutela do IBDF, e na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, âmbito da SEMA³.

O aprofundamento do debate evidenciou a necessidade de criação de um documento técnico unificado que sistematizasse conceitos e eliminasse sobreposições. Tal documento poderia, por sua vez, converter-se em um projeto de lei para organizar o sistema brasileiro de UCs.

² Lançado em 1979.

³ Em 1989, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o IBDF e a SEMA foram incorporados ao novo órgão.

2.1 Um novo sistema de conservação

Inspirado na recomendação do PNMA, em 1988 o IBDF contratou a Fundação Pró-Natureza (Funatura)⁴ para realizar um estudo sobre o novo sistema. A decisão foi tomada por Luciano Pizzato, então diretor do Departamento de Parques Nacionais do IBDF, um político paranaense controverso – ambientalista, mas que mais tarde se notabilizaria como representante do setor madeireiro. Quem assumiu a liderança do projeto foi Maria Tereza Jorge Pádua, presidente da Funatura.

Maria Tereza, engenheira apaixonada pela obra de Euclides da Cunha, foi desde cedo atraída por desbravar os rincões do Brasil. Construiu uma carreira de prestígio no próprio IBDF na década de 1970, tendo sido responsável pela criação de mais de 8 milhões de hectares de áreas protegidas – atuação que lhe deu a fama de “mãe dos parques nacionais”. Durante seu mandato, teve visão estratégica e senso de oportunidade para formar um grupo de elevada competência técnica que, pela primeira vez, planejou, de maneira organizada e cientificamente embasada, a implementação de um sistema de UCs no país. Seu esforço garantiu a conservação de parte da Amazônia quando a região se tornava a nova frente de expansão da ocupa-

⁴ ONG ambientalista criada em 1986 por um grupo de 69 profissionais ligados à área de conservação. Existe até hoje como uma organização de grande relevância no contexto socioambiental. Desenvolve e apoia projetos em todo o Brasil, especialmente nos biomas Cerrado e Pantanal, com ênfase na manutenção da diversidade biológica e na melhoria da qualidade de vida da população. Em 1997, foi declarada de utilidade pública federal.

ção do território brasileiro, com a criação de áreas como o Parque Nacional da Amazônia e a Reserva Biológica do Trombetas, primeiras e muito importantes UCs do bioma. Participou ainda da criação da Reserva Biológica de Atol das Rocas, primeira UC marinha do Brasil, localizada a 267 quilômetros a nordeste de Natal (RN). A criação do já citado Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, em 1979, também foi parte do seu legado.

Para elaborar o estudo sobre o novo sistema no IBDF, Maria Tereza reuniu diversos especialistas: Ibsen de Gusmão Câmara, Miguel Serediuk Milano, Jesus Manoel Delgado, Angela Tresinari Bernardes, José Pedro de Oliveira Costa e Cesar Victor do Espírito Santo – um grupo de pessoas muito relevante para a história da conservação nacional, alguns dos quais se tornariam futuros articuladores da Rede Pró-UC.

O trabalho do grupo da Funatura deu origem a um anteprojeto de lei, com um conteúdo técnico-científico robusto e alinhado à conceituação internacional. Nascia o embrião do futuro Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O documento foi encaminhado ao Ibama e, posteriormente, ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Nos anos seguintes, circulou sem avanços significativos. Até que, em 1992, houve um incentivo para a ideia avançar: o Brasil receberia a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), considerada um marco na promoção da conscientização ecológica em escala global.

Poucos meses antes da ECO-92, José Goldemberg, respeitado físico e professor da Universidade de São Paulo (USP), assumiu o cargo de Secretário Nacional de Meio Ambiente, após o ambientalista gaúcho José Lutzenberger renunciar ao posto. A convite de Goldemberg, Maria Tereza tomou posse como presidente do Ibama, levando Miguel Milano como titular da diretoria de Ecossistemas⁵. Sérgio Brant Rocha, funcionário de carreira do órgão, assumiu a gerência de Áreas Protegidas.

Com a conjuntura propícia, a nova equipe tratou com José Goldemberg da importância do anteprojeto redigido pelo grupo da Funatura. O esforço deu resultado. Em 20 de maio daquele ano, o secretário e o presidente Fernando Collor de Mello transformaram o documento em projeto de lei do Executivo, encaminhando a proposta do SNUC ao Congresso.

2.2 Proteção integral sob ameaça

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi inicialmente relatado pelo deputado Fabio Feldmann, um dos autores do capítulo dedicado ao meio ambiente na Constituição. Ele decidiu promover consultas públicas para discutir o texto original. No final de 1994, estava pronto seu relatório sobre o projeto de lei, mas ele acabou não o apresentando, pois deixou o Congresso para assumir a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo.

⁵ Área que anos mais tarde se tornaria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

No ano seguinte, o deputado Fernando Gabeira assumiu a relatoria do projeto, tendo o consultor legislativo Maurício Mercadante como responsável técnico. Eles reiniciaram a discussão e fizeram novas consultas públicas, em um processo que se prolongou por vários anos e acirrou a disputa entre ambientalistas e militantes da área social. O texto original foi consideravelmente modificado, com o reestabelecimento de categorias eliminadas e a incorporação de outras com conceitos mal redigidos ou até mesmo duplicados.

Do ponto de vista dos especialistas em conservação, incluindo o grupo que havia trabalhado na redação do texto original, o principal problema era a divergência em relação às categorias de manejo das UCs. Propunham-se duas principais: a de uso direto (uso sustentável) e a de uso indireto (proteção integral). A primeira admitia a presença humana e a exploração dos recursos em regime de manejo sustentável. Já a segunda – alvo da discórdia – limitava a presença humana, permitindo-a apenas para fins relacionados a pesquisa científica, educação ambiental e turismo.

A pressão dos militantes da área social – os chamados “socioambientalistas” – era para enfraquecer a proteção integral no projeto de lei. Eles se opunham de modo contundente a essa categoria. Ao privilegiarem a pauta social, defendiam de maneira irrestrita a presença humana. Em termos ideológicos, posicionavam-se contra os parques nacionais, que consideravam associados ao modelo capitalista norte-americano

e a uma perspectiva neocolonialista⁶.

Aqui cabe uma explicação histórica sobre o socioambientalismo. Em 1989, com a queda do Muro de Berlim e as transformações políticas que ocorreram em seguida, as organizações sociais de atuação política perceberam que associar seu ativismo tradicional ao termo “ambiental” lhes abria novos espaços, bem como fontes de financiamento. Nesse contexto, passaram a criticar a conservação *stricto sensu*, que não aceitavam por questões ideológicas. Desenvolveram uma vertente denominada socioambiental, que dava continuidade à atuação social anterior, porém com um discurso adaptado.

2.3 Rede de defesa

As discussões e ameaças à existência das áreas de proteção integral começaram a preocupar especialistas em conservação. Foi nesse contexto que se realizou um evento para discutir, mais uma vez, o texto do SNUC, organizado por um consultor do Banco Mundial com inclinação ideológica contra proteção integral. Miguel Milano foi convidado a participar como palestrante, defendendo a posição conservacionista.

Naquele momento, Milano atuava como diretor-executivo da Fundação O Bo-

6 O Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, foi estabelecido em 1º de março de 1872 para proteger a área de atividades de exploração e é considerado o primeiro parque nacional do mundo. A narrativa que relaciona áreas de proteção integral com capitalismo e neocolonialismo está relacionada ao pioneirismo norte-americano na criação de parques nacionais.

ticário de Proteção à Natureza. Depois de uma longa carreira como professor universitário, havia somado esse cargo executivo a seu currículo após alguns encontros com Miguel Krigsner, fundador do Grupo Boticário. No início dos anos 1990, Krigsner queria contribuir com a causa do meio ambiente e Milano o demoveu da ideia de plantar uma árvore para cada produto vendido, iniciativa que considerava insustentável no longo prazo. Convenceu-o a trabalhar para conservar a natureza que ainda existia no país, em vez de remediar danos já causados. Assim nasceu a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, que em 2011 teve seu nome alterado para Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. É hoje reconhecida como uma das principais organizações ambientais do país.

Ao avaliar o convite para o evento, Miguel percebeu que a opinião conservacionista estaria sub-representada no debate. Assim, condicionou sua participação à inclusão de pelo menos mais três nomes: Marc Dourojeanni⁷, Gustavo Fonseca⁸ e Ibsen de Gusmão Câmara.

Este último, mais conhecido no meio como almirante Ibsen, é considerado um dos decanos do ambientalismo brasileiro. Dedi-

7 Engenheiro agrônomo peruano, professor emérito da Universidad Nacional Agraria de La Molina (UNALM). Criou a Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza (ProNaturaleza). Foi chefe da División Ambiental do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

8 Biólogo e conservacionista brasileiro. Foi professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por mais de duas décadas e um dos idealizadores do Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Fauna Silvestre. Foi também um dos fundadores da Fundação Biodiversitas para Conservação da Diversidade Biológica.

cou-se durante boa parte de sua vida adulta à conservação, tanto no período em que serviu à Marinha quanto, sobretudo, após sua aposentadoria. Foi figura fundamental na proibição da caça às baleias no Brasil – quando ainda estava na ativa, sem poder se expor, assinava artigos a favor dos cetáceos com pseudônimos. Apoiou a criação de áreas como a Reserva Biológica do Atol das Rocas e a Reserva Biológica do Trombetas. Contribuiu para dezenas de publicações científicas e conquistou credibilidade entre estudiosos da natureza e entre políticos, transitando como poucos nas esferas do poder. Foi pioneiro no conservacionismo nacional e uma referência para ambientalistas que o sucederam.

Milano considerava que, com esses três especialistas a seu lado, conseguiria marcar a posição de defesa das áreas de proteção integral no evento. Todavia, ao contar cada um deles, dias antes, para articular um posicionamento comum, descobriu que não haviam sido convidados.

Em resposta à situação criada, Milano articulou uma carta-resposta assinada pelo grupo excluído e por outros conservacionistas, adicionando o nome das instituições às quais estavam vinculados. Como Milano não compareceu ao evento, coube a Verônica Theulen, a mais jovem entre os integrantes do grupo de defensores das unidades de conservação de proteção integral, levantar-se na plateia e ler em voz alta o conteúdo da carta. Verônica, futura consultora ambiental, era na época recém-formada em engenharia florestal pela Universidade Federal do Paraná.

Os signatários fechavam o texto lançando a “Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação”. Naquele momento, a Rede era uma instituição muito mais hipotética do que concreta, mas foi a primeira vez que seu nome veio à tona, reunindo figuras icônicas do movimento ambientalista nacional que temiam pelo futuro da legislação que viria a sistematizar a conservação da natureza no país.

Eram a favor de áreas protegidas que admitissem pessoas, mas também entendiam a necessidade de manter alguns locais resguardados da intervenção humana. Reconheciam a importância das duas categorias: uma que preservasse o modo de vida de populações tradicionais e outra que efetivamente preservasse o patrimônio natural – tratava-se de objetivos distintos, a serem alcançados em territórios específicos.

A carta lida no evento foi a primeira maneira encontrada pelo grupo para comunicar sua insatisfação com o rumo do debate e ganhar espaço nessa arena.

2.4 A carta de princípios

A Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação começou a tomar forma com as discussões que se seguiram ao evento, principalmente no âmbito da Fundação O Boticário, que Milano presidia e que tinha como conselheiros o almirante Ibsen e Maria Tereza. Eles mantinham contato com outros conservacionistas também indignados com a situação, como Sérgio Brant, do Ibama, e Clóvis Borges, fundador e diretor-executivo

da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Eram pessoas que haviam passado anos estudando conservação e lutando para preservar a fauna e a flora brasileiras. Não seria possível permanecer calados diante de uma nova ameaça ao trabalho que dava sentido a suas vidas.

Em 1996, houve um encontro fundamental para a história da Rede. Aproveitou-se uma reunião do Conselho da Fundação O Boticário, em Curitiba, para debater como enfrentar essas discussões com mais propriedade. No início daquele ano, sentaram-se à mesa Ibsen, Maria Tereza, Angela Tresinari, então representante da The Nature Conservancy no Brasil, Maude Nancy e Verônica Theulen, ambas representando o Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná (GEEP-Açungui), Miguel Milano e Malu Nunes, respectivamente diretor-executivo e gerente da Fundação O Boticário.

Da conversa nasceu a ideia de criar um coletivo. O objetivo era reunir sob um único guarda-chuva instituições que defendiam de maneira dispersa o conceito de proteção integral. Ganhariam força ao manifestar-se em conjunto. Daí o conceito de “rede”.

Partiu de Ibsen a proposta de escrever uma carta de princípios, documento que tomou por base a manifestação feita no evento, com contribuições dos demais envolvidos. Nela constava, em destaque, a missão da Rede: “Contribuir para proteger, fortalecer, aprimorar e ampliar o conjunto de unidades de conservação, especialmente as de proteção integral, visando conservar a biodiversidade.”

Não seria necessário criar uma figura jurídica: as organizações que assinassem o documento estariam comprometidas com a causa, e os pleitos da Rede incluiriam as assinaturas institucionais de todos os signatários.

O movimento de defesa das unidades de conservação de proteção integral seria levado adiante por pessoas, mas sendo algumas vinculadas a instituições públicas e universidades, com limitações para assinatura de manifestos desse tipo, optou-se por formar uma rede de instituições. Ao todo, nove organizações assinaram o documento⁹.

Nos três anos seguintes, a Rede tornou-se a instituição porta-voz da defesa das áreas de proteção integral, mesmo que muitas vezes de maneira indireta. Denunciava ameaças às áreas já criadas, pressionava os debates relacionados ao projeto de lei do SNUC e articulava a ação de seus representantes, em uma época em que os diálogos se davam presencialmente ou via fax e correspondência enviada pelo correio. O grupo conseguiu reunir pessoas muito respeitadas em âmbito nacional, o que lhe conferiu peso e relevância.

Em 18 de julho de 2000, a Lei do SNUC (Lei nº 9.985/2000) foi sancionada. De última hora, integrantes e articuladores da Rede, em especial Maria Tereza, atuaram nos bastidores para influenciar o veto a alguns trechos es-

pecíficos que poderiam ameaçar as UCs. Eles fizeram valer a pena os quatro anos anteriores dedicados à defesa das unidades de uso indireto no texto. “Foi uma grande entrega que a Rede fez para o Brasil, porque é uma lei”, diz Malu Nunes, que se tornou diretora-executiva da Fundação Grupo Boticário. Uma canetada na direção errada, afinal, seria capaz de abrir feridas profundas nas áreas protegidas.

2.4.1 Carta de Princípios – Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação

As instituições signatárias dessa carta,

Considerando que a Constituição Federal incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através da lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção;

Recordando que a Convenção sobre a Diversidade Biológica, ratificada pelo Brasil, indica como exigência fundamental a conservação in situ dos ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seu meio natural, para o que cada parte contratante deverá estabelecer um sistema de áreas protegidas;

Destacando que nossas unidades de conservação de proteção integral, na sua quase totalidade, encontram-se em estado crítico de abandono, carência de fiscalização e falta de regularização fundiária, contendo muitas delas populações humanas dentro de seus limites;

⁹ Os primeiros signatários foram as organizações Associação Amigos da Terra, Pangéia, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), International Whaling Commission (IWC), Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná (GEEP-Açungui), Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), The Nature Conservancy (TNC) e Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM).

Reconhecendo que a seleção, criação, implantação e gestão das unidades de conservação de proteção integral são atividades que necessitam pautar-se por critérios científicos e técnicos, os quais deverão prevalecer sobre outras considerações;

Considerando que as atividades de conservação dos ecossistemas contidos nas unidades de conservação de proteção integral deverão ser orientadas preponderantemente contra as ações de degradação, e que, tendo em vista o interesse maior da humanidade, poderão implicar em opções socialmente penosas em nível local;

Reconhecendo que os direitos das populações indígenas e comunidades tradicionais devem ser respeitados, mas que a defesa desses direitos não pode comprometer a necessidade de preservação de patrimônio biológico contido nas unidades de conservação de proteção integral;

Cientes de que são conhecidas ocorrências de epizootias devastadoras na fauna selvagem devidas à contaminação por animais domésticos no interior ou nas proximidades de áreas naturais protegidas;

Lembrando que o Brasil tem percentual extremamente baixo de sua área territorial em unidades de conservação de proteção integral, proporção esta incompatível com sua excepcional riqueza biológica.

ACORDA em participar da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, com a missão de: contribuir para proteger, fortalecer, aprimorar e ampliar o conjunto de unidades de conservação, especialmente as de proteção integral, visando conservar a biodiversidade.

AS INSTITUIÇÕES SIGNATÁRIAS acordam também com os seguintes princípios:

- as unidades de conservação de proteção integral são os espaços territoriais especialmente protegidos citados no Art. 225, Inciso III, da Constituição Federal, cujo objetivo básico é a preservação da natureza sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais;

- o Poder Público deve assumir suas responsabilidades inerentes à defesa do patrimônio biológico do País, em consonância com os compromissos internacionais por ele contrai-dos ao ratificar a Convenção sobre Diversidade Biológica; em decorrência, cabe-lhe atribuir alta prioridade à criação, implementação e adequada gestão das unidades de conservação;

- o conceito de cada categoria de unidades de conservação deve ser respeitado em todos os casos e circunstâncias, não sendo admitidas exceções e concessões que o deturpem;

- as atividades antrópicas no interior de unidades de conservação devem limitar-se àquelas indispensáveis ao manejo e à gestão das unidades, sempre de acordo com os seus objetivos conceituais e baseadas em critérios técnico-científicos, sem provocar alterações sensíveis nos ecossistemas protegidos;

- as unidades de conservação de proteção integral se destinam à perenização de seus atributos naturais e não à preservação da cultura de populações tradicionais, aspecto este reconhecidamente importante para o qual deverão ser adotadas outras distintas formas de proteção, mesmo porque as escalas de tempo referentes aos dois casos diferem em ordens de grandeza.

3. A Causa: Por que defender a proteção integral?

"Relembrando tudo o que fizemos e o que passamos, estou ainda mais convencida de que as unidades de conservação de proteção integral, ou seja, sem população residente nem uso direto de recursos, são mesmo fundamentais para a conservação da biodiversidade". É assim que Maria Tereza Jorge Pádua, uma das fundadoras da Rede Pró-UC, encerra seu livro de memórias, publicado em 2015.

As UCs de proteção integral possuem o mais alto nível de restrição para o uso humano. Nessas áreas não pode haver ocupação humana permanente ou exploração da flora e da fauna. São espaços de processos naturais em sua máxima expressão, sem intervenção humana. O acesso restringe-se à pesquisa científica, atividades de educação ambiental ou turismo ecológico.

Mas, afinal, por que algumas áreas devem permanecer "livres" de pessoas na visão de alguns dos ambientalistas mais importantes do país? Basicamente, para preservar

todas as outras espécies que compartilham a superfície do planeta conosco. "Nós, humanos, destruimos a natureza por natureza. Fazemos isso para sobreviver", define Clóvis Borges, diretor-executivo da SPVS e membro da Rede. "Se não criamos áreas totalmente protegidas de habitação humana, há uma permanente redução das florestas", afirma Fernando Fernandez, professor de ecologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Diversos estudos demonstram que a presença contínua de humanos, mesmo com práticas tradicionais, tende a causar uma simplificação ecológica, redução de populações animais, inclusive a extinção local de espécies e a dominância de poucas espécies vegetais de interesse humano direto em detrimento da complexidade original do ecossistema.

"Áreas sem gente tendem a ter maior diversidade e maior resiliência", diz o biólogo Fábio Olmos, conselheiro da Rede Pró-UC. Resiliência é um conceito fundamental, es-

pecialmente em tempos de mudanças climáticas. Ele está associado à variedade de espécies: quanto mais animais e plantas vivem em uma área, mais forte fica a comunidade como um todo. Olmos dá um exemplo atual: em partes da América do Norte e da Europa, há florestas em que pinheiros representam quase 80% da população vegetal – uma dominância decorrente da intervenção humana. O clima mais quente levou à proliferação de um besouro que está matando os pinheiros. “Se a floresta tivesse outras dezenas de espécies compartilhando o espaço, ela não entraria em colapso por conta de um besouro”, diz.

Mesmo na Amazônia, área associada a uma grande diversidade vegetal, houve uma “filtragem humana” que simplificou a floresta ao longo de milênios. Ao todo, são 16 mil espécies de árvores, mas apenas 227 ocupam metade da área da floresta. Ou seja, 1% das espécies dominam 50% do território. Na Mata Atlântica, bioma localizado na região com maior adensamento populacional do Brasil, restaram apenas 5 mil fragmentos preservados e, desses, a maior parte é considerada “floresta vazia” – apesar de visualmente parecer intacta, a presença de grandes animais foi significativamente reduzida. A onça-pintada, por exemplo, é encontrada em apenas dez desses fragmentos.

Angela Kuczach, diretora-executiva da Rede desde 2013, começou sua carreira de bióloga trabalhando com grandes felinos. Durante um estágio no Parque Nacional do Iguaçu em 2001, teve a sensação de estar as-

sistindo de camarote ao desaparecimento das onças, cuja população naquele momento declinava significativamente. “Naquela época não havia um envolvimento de brigar pelo bicho. Foi aí que as unidades de conservação passaram a fazer sentido para mim. Eu deixei de trabalhar com a onça para trabalhar com a casa dela, porque entendi que a falta de habitat era a causa de sua possível extinção.”

A tendência humana de se sobrepor às demais espécies não é algo novo. Já existe consenso na comunidade científica de que animais de grande porte como mamutes, mastodontes e preguiças gigantes – chamados de “megafauna” – não foram extintos há 50 mil anos pela Era do Gelo, mas sim pela caça. “As evidências do impacto do *Homo sapiens* são esmagadoras”, afirma Fernandez. Ele cita Jens-Christian Svenning, pesquisador de paleoecologia e biodiversidade na Universidade de Aarhus, na Dinamarca, que publicou um artigo¹⁰ com colaboradores do mundo inteiro em 2024 corroborando essa tese. “Há forte e crescente evidência para as pressões humanas como o principal impulsionador dessas extinções”, escrevem os pesquisadores.

10 Svenning J-C.; Lemoine, R.T.; Bergman J. et al. The late-Quaternary megafauna extinctions: Patterns, causes, ecological consequences and implications for ecosystem management in the Anthropocene. *Cambridge Prisms: Extinction* 2 (5), 2024. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/cambridge-prisms-extinction/article/latequaternary-megafauna-extinctions-patterns-causes-ecological-consequences-and-implications-for-ecosystem-management-in-the-anthropocene/E885D8C5C90424254C1C75A61DE9Do87>. Acesso em: 3 maio 2026.

3.1 Motivações éticas e pragmáticas

Há quem veja a defesa das UCs de proteção integral pela lente ética. A estimativa considerada mais precisa atualmente é que existem 8,7 milhões de espécies de seres vivos no planeta Terra¹¹. Para alguns conservacionistas, basta pensar que cada uma tem tanto direito quanto o *Homo sapiens* de continuar existindo. “Temos a tendência de, em qualquer espaço que estejamos, nos sobrepor às demais espécies. Que direito temos de utilizar seus recursos, não nos importando se elas vão se extinguir ou não?”, questiona Fernandez. O raciocínio de Olmos vai na mesma direção, ao defender que não se deve negar a existência a outros organismos. “Cada ser vivo na face da Terra é resultado de um processo evolutivo de 3 bilhões de anos. Só isso já possui um valor intrínseco.”

Para além da discussão filosófica, há argumentos mais pragmáticos, como o de garantir o cumprimento da Constituição brasileira. Afirma o artigo 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Uma das ferramentas que viabiliza a consecução desse artigo é a Lei do SNUC, com sua categoria de proteção integral.

11 Mora, C.; Tittensor, D.P.; Adl, S.; Simpson, A. G. B.; Worm, B. How Many Species Are There on Earth and in the Ocean? *PLoS Bio*, 9(8), 2011. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosbiology/article?id=10.1371/journal.pbio.1001127>. Acesso em: 3 maio 2026.

Para Sérgio Brant, membro da Rede, o argumento mais importante é que humanos dependem do meio ambiente equilibrado para sobreviver de maneira saudável – a Constituição apenas transformou isso em um marco legal. Assim, não se preserva só para respeitar a lei; é a lei que expressa o que é bom para a coletividade.

Outro fundamento para a criação e manutenção dessas áreas é a preservação do banco genético do planeta. “Se queremos ter uma vida boa na Terra, temos que conservar para o futuro genes e raças de que nossa espécie sempre vai precisar”, afirma Maria Tereza. Um exemplo recente é o desenvolvimento do Ozempic, medicamento que se tornou um fenômeno mundial por apoiar processos de emagrecimento e o combate ao diabetes tipo 2. Foi criado a partir da descoberta de uma substância contida na baba do monstro-de-gila¹². Essa pequena criatura, de nome científico *Heloderma suspectum*, é um lagarto que habita os desertos da América do Norte. Em seu veneno, pesquisadores descobriram uma substância que promete ser uma revolução no combate à diabetes e à obesidade. “Toda área natural é uma mina de informação. São bibliotecas de substâncias que podem ser úteis”, afirma Olmos.

A categoria de UCs de proteção integral também contribui para conservar paisagens e gerar bem-estar para as pessoas. O

12 BBC NEWS. O monstro-de-gila, lagarto de digestão lenta que foi essencial na criação do Ozempic. G1, mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2025/03/08/o-monstro-de-gila-lagarto-de-digestao-lenta-que-foi-essencial-na-criacao-do-ozempic.ghtml>. Acesso em: 03 maio 2026.

Parque Nacional da Tijuca, cartão-postal do Rio de Janeiro, garante o cenário da “Cidade Maravilhosa”, que atrai turistas do mundo inteiro. Nos últimos anos, médicos em diferentes países passaram a prescrever tempo na natureza como uma maneira de combater obesidade, pressão alta, ansiedade e depressão, com recomendações que incluem visitas a parques nacionais¹³.

Por fim, há a questão dos “serviços ecossistêmicos”. Áreas conservadas ajudam a manter a vida humana. A biodiversidade contribui para regular processos naturais, como a decomposição de resíduos, a polinização, o controle de populações de potenciais pragas, o sequestro de carbono, a purificação do ar, a regulação do ciclo hidrológico, além de mitigar eventos climáticos extremos. Destruí-la causa prejuízos diretos ao abastecimento de água em grandes cidades, às colheitas do agronegócio e à produção de energia. Um estudo divulgado em 2024 pelo Climate Policy Initiative mostrou que o desmatamento da floresta amazônica já pode ter causado uma perda de até 10% na capacidade de geração de energia e no lucro das usinas hidrelétricas brasileiras, inclusive as situadas a quilômetros de distância do bioma¹⁴.

13 BIRON, C. L. Prescrições médicas que incluem contato com natureza crescem durante pandemia. *O Globo*, set. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/bem-estar/prescricoes-medicas-que-incluem-contato-com-natureza-crescem-durante-pandemia-25178356>. Acesso em: 03 maio 2026.

14 CLIMATE POLICY INITIATIVE. Desmatamento na Amazônia impacta geração de energia em todo o país. *Climate Policy Initiative*, out. 2024. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/press-release/desmatamento-na-amazonia-impacta-geracao-de-energia-em-todo-o-pais/>. Acesso em: 03 maio 2026.

3.2 A questão das populações tradicionais

A crítica mais recorrente às unidades de conservação de proteção integral é o fato de não permitirem sequer a presença de populações indígenas ou outras comunidades tradicionais. Representantes da vertente socioambientalista frequentemente defendem a destinação de áreas de uso indireto para esses grupos.

O entendimento da Rede Pró-UC é que há lugar para todos e que um modelo não substitui o outro. Terras indígenas e unidades de usos sustentável têm objetivos próprios e distintos das unidades de proteção integral. “As unidades de conservação são criadas para a manutenção da biodiversidade. No território indígena, o objetivo é a manutenção do modo de vida dos povos indígenas, que inclui caça de subsistência e extração de recursos em alguns casos. São objetivos diferentes e, no caso das UCs de proteção integral, conflitantes entre si”, explica Angela Kuczach.

Estudos mostram que as populações tradicionais também causam alterações na biodiversidade. Mesmo que no curto prazo sejam de pequeno impacto, não se pode olhar isso apenas retrospectivamente: é necessário pensar em seus efeitos futuros. Até povos isolados mudam a maneira de se relacionar com a natureza incorporando o avanço tecnológico. Fernando Fernandez dá o exemplo dos yanomami no extremo norte do Brasil. “Eles são símbolo de um povo indígena que ainda vive de uma maneira mui-

to próxima de sua tradição original. Foram contatados pela primeira vez na década de 1950, mas desde 1965 há registros dos yanomami caçando com arma de fogo”, afirma. Em poucas décadas, incorporaram tecnologias externas que transformaram profundamente sua relação com o território e com a fauna, com consequências para eles e para o meio ambiente.

Diante de todos os argumentos já apresentados, é fundamental manter áreas de proteção integral, com o mais alto grau de preservação da natureza. Há espaço para todos, e as UCs de proteção integral são parte fundamental de um sistema de áreas protegidas que foi pensado e estabelecido em lei para atender aos interesses de toda a nação, e não de grupos específicos, sejam políticos, étnicos ou culturais. Atualmente, as áreas de proteção integral representam apenas 6,5% da superfície terrestre brasileira. É possível acomodar os interesses utilitaristas de seus diversos habitantes nos 93,5% restantes. A biodiversidade brasileira é um ativo que nos distingue de tantos outros países. Cuidar dela é um investimento de longo prazo para o país.

Há quem se queixe de que o conceito de proteção integral faz com que algumas áreas sejam “de ninguém”. “Infelizmente, a agenda da conservação é vista por parte da sociedade como algo inútil”, diz Clóvis Borges. Os membros da Rede entendem o oposto: essas áreas são de todos e não devem ser ocupadas e utilizadas por um grupo específico. A flora e a fauna que estão sendo

conservadas e regeneradas dentro delas são patrimônio dos brasileiros e da humanidade. Manter áreas verdadeiramente intocadas não é exclusão, é legado.

4. Primeira Fase: CBUCs e Institucionalização

Enquanto a Rede Pró-UC dava seus primeiros passos, marcando presença nos debates sobre o SNUC, surgiu outra iniciativa que também se tornaria parte relevante da história da organização: o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC).

Em 1997, um ano após a divulgação da Carta de Princípios, Miguel Milano foi procurado por representantes da gestão de Jaime Lerner, então governador do Paraná, que sugeriram realizar um congresso relacionado a unidades de conservação em Curitiba convidando-o para liderar a organização do evento. Milano empolgou-se com a ideia e declarou que, se conseguissem os recursos financeiros, articularia suas conexões nacionais e internacionais para fazer um evento “de arrebentar”, como ele mesmo definiu. Seria uma oportunidade única para manifestar o que os conservacionistas acreditavam e defender o texto original do projeto de lei do SNUC.

As conversas avançaram, o financiamento foi garantido e a ideia começou a ser concretizada. Maurício Savi, na coordenação de áreas protegidas do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), foi quem tomou para si essa tarefa no âmbito do governo estadual. Milano mobilizou sua rede de contatos, como prometera. Ao elaborar o material de divulgação, três logomarcas constavam na lista de organizadores oficiais: a do Governo do Paraná, a da Fundação O Boticário e a da Rede Pró-UC. A designer Izabel Portugal, também autora da logo da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, elaborou a primeira identidade visual da organização – a copa de uma árvore formada pelo entrelaçamento de uma capivara, um peixe e um pássaro, para simbolizar a defesa da flora e da fauna.

O evento aconteceu em junho, com a participação de mais de 300 pessoas – um número relevante para a época. Contou com palestrantes importantes da conservação da

natureza, além de representantes do Estado brasileiro, membros da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e pesquisadores norte-americanos, com repercussão na mídia e no Congresso Nacional.

Além de consolidar a Rede Pró-UC como organizadora do encontro, Milano articulou uma maneira de fazer o Congresso se tornar sua primeira fonte de financiamento. Cerca de 20% dos participantes faziam sua inscrição na hora do evento. Ele sugeriu que todo pagamento feito no ato fosse realizado em nome da Rede, como entidade coorganizadora, em uma espécie de doação do evento para a instituição que representava a luta pelas unidades de conservação.

Com esses recursos e mais alguns repasses de poucas instituições que assinaram a Carta de Princípios, com destaque para a própria Fundação O Boticário e a Conservation International Brasil (CI-Brasil), a Rede seguiu sua luta pelas UCs de proteção integral no SNUC. Em 1998, a instituição foi formalizada com a criação de seu CNPJ e de seu primeiro Conselho. As organizações participantes se revezavam como responsáveis pela secretaria executiva.

4.1 Pressão em Campo Grande: a criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena

Em 1999, um ano antes de o SNUC ser aprovado, Verônica Theulen já estava engajada em outra batalha. Ela fazia parte

do grupo que, liderado pela Fundação Neotrópica do Brasil¹⁵, pressionava pela criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, na região de Bonito. O Mato Grosso do Sul era o único estado brasileiro que ainda não tinha uma UC federal. Foram várias tentativas, mas o decreto nunca era assinado. Em uma delas, Verônica perdeu a paciência. “Eu estava em Bonito, chorando, porque era da turma dos que se desesperavam. Eu me perguntava o que poderíamos fazer para esse parque sair. Então, lembrei do CBUC”, conta ela. Surgiu uma ideia: fazer um congresso em Campo Grande, como forma de pressionar governo e sociedade. Ela entrou no carro, dirigiu até a cidade para encontrar um telefone público e ligou para Milano. “Eu tinha acabado de voltar dos Estados Unidos, onde passei um ano como professor na Colorado State University, e a Verônica começou a me atazanar para fazermos um segundo congresso”, diz. Após certa insistência, ele concordou.

Milano havia conhecido melhor a Bodoquena por intermédio de Ivan Baptiston, que era servidor público e mudou-se para Curitiba para trabalhar na Fundação O Boticário. Convencido, após sobrevoos e visitas de campo, apresentou a ideia a Sérgio Brant, então encarregado dos estudos para criação de novas UCs federais no âmbito do Ibama. Foi um longo e detalhado trabalho de campo e escritório até a proposta ser concluída, sendo que tudo foi feito com absoluta discri-

¹⁵ A Fundação Neotrópica do Brasil nasceu de um grupo de conservacionistas formado basicamente por funcionários públicos engajados em preservar a serra da Bodoquena.

ção porque os grandes proprietários rurais da área eram totalmente contrários à criação de um parque na região.

Verônica passou a trabalhar na organização do segundo CBUC, inicialmente como voluntária. Depois de encerrar o expediente remunerado, passava a noite dedicada ao evento. Foram cerca de quatro meses nessa dupla jornada, até que Milano fez uma proposta: assumir o cargo de coordenadora da Rede Pró-UC e trabalhar em tempo integral nas pautas da Rede e na organização do congresso. Verônica aceitou e, ainda sem sede oficial, acabou se instalando dentro da Fundação O Boticário, onde estabeleceu “a mesinha da Rede”.

O II CBUC aconteceu em novembro de 2000 e foi um sucesso: reuniu mais de 600 pessoas, um “público inimaginável” para o tema na época, segundo Milano. O Mato Grosso do Sul, então com Zeca do PT (José Orcirio Miranda dos Santos) como governador, embarcou no evento, dando apoio irrestrito – em sua gestão, vários funcionários de carreira, integrantes da Fundação Neotrópica, haviam assumido posições de destaque. O governo disponibilizou desde o Centro de Convenções de Campo Grande até recursos para viabilizar a logística de palestrantes convidados, apoiando o CBUC sem interferências temáticas ou imposições políticas.

Entre os convidados, pesquisadores de renome mundial na área da biologia da conservação dividiam o palco com referências nacionais. Dois jornalistas merecem destaque: o jovem Alexandre Mansur, do *Jornal do*

Brasil, que assumiu meio ambiente e natureza como causa e trabalho e depois se tornou conselheiro da Rede; e o já renomado Marcos Sá Corrêa, à época colunista da revista *Veja* e posteriormente fundador do *site* de notícias ambientais *O Eco*, o mais relevante veículo de informação ambiental do país.

Entre os participantes, misturavam-se aos profissionais já conhecidos na área alguns estudantes que, ainda sem saber, teriam sua carreira influenciada por tudo o que foi discutido naquele congresso. Guilherme Karam, então aluno de ciências biológicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR), ficou impressionado com a qualidade do evento, do qual foi voluntário. “Conservação da natureza sempre foi um tema periférico e artesanal. Mas o congresso teve padrão internacional, dando a atenção que as unidades de conservação e a biodiversidade brasileira merecem”. No ano seguinte ao evento de Campo Grande, ele seria contratado como estagiário da Rede Pró-UC. Lá ficou por dois anos e depois seguiu carreira na área de conservação.

Angela Kuczach se considera um produto desses congressos. “Caloura de biologia, fui de ônibus com outros estudantes para o CBUC de Campo Grande. Eu não sabia nem o que era uma unidade de conservação. Fui porque fazia parte de um grupo grande de estagiários na Reserva Natural Salto Morato e todos estavam muito animados com o congresso. Mesmo sem entender direito do que se tratava, achei que poderia ser algo importante. Quando cheguei, aquilo fez muito

sentido para mim. Lembro de duas palestras sobre biologia da conservação, dos norte-americanos John Terborgh e Michael Soulé – aquilo parecia um poema”, afirma.

Para a Rede Pró-UC, o congresso de Campo Grande foi um marco no desenvolvimento institucional. Ainda que tivesse um papel secundário na organização e nas decisões dos CBUCs – a realização era responsabilidade da Fundação O Boticário –, participar do evento era um importante mecanismo de exposição positiva e de arrecadação de recursos para viabilizar a existência da Rede.

O processo para a proteção da serra da Bodoquena fora marcado por difíceis audiências públicas, barreiras políticas, resistência de produtores rurais e intervenções que diminuíram a qualidade do perímetro inicialmente estabelecido. No entanto, no mesmo ano em que o II CBUC aconteceu, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto que criou o parque nacional.

4.2 Crescimento da Rede

Até a realização do II CBUC, a Rede Pró-UC seguia sem escritório. Seus representantes estavam espalhados e seus documentos se dividiam entre a mesa na Fundação O Boticário, um canto na sala de Milano dentro da UFPR e o porta-malas de Verônica. Em 2001, a primeira missão de Karam como estagiário foi encontrar um local para instalar a sede oficial da organização. Milano deu

as instruções. Colocou sobre sua mesa um mapa impresso de Curitiba e, com uma caneta colorida, desenhou o perímetro de busca.

Ele foi atrás de imobiliárias e andou pelas ruas do bairro Alto da XV. Encontrou uma sala pequena, mas aconchegante, disponível para locação. Após a assinatura do contrato, Milano doou alguns móveis para preencher o espaço. “A Rede ficou bonita, passou a ter jardim e xícaras”, brinca Verônica.

Nessa época, a convite dela, juntou-se ao time o engenheiro florestal Sandro Coneglian. Ele atuou junto ao conselho para elaborar e implementar um planejamento estratégico institucional. “A Rede Pró-UC já era bastante ativa, mas precisava se consolidar nos bastidores. Com a sede, ganhamos ‘cara’ de organização. Começamos a centralizar a documentação, trabalhar a imagem visual e organizar as informações dos CBUCs”, explica Sandro. Para ele, um dos grandes prazeres do trabalho era participar de reuniões com Maria Tereza Jorge Pádua e o almirante Ibsen, referências desde que ele era estudante na UFPR.

Enquanto a Rede se estruturava da porta para dentro, da porta para fora havia sempre trabalho a fazer. O SNUC já havia sido aprovado, mas havia muitas pautas relacionadas a unidades de conservação a serem defendidas. A equipe, que se manteve pequena, se desdobrava para atender às demandas.

Se alguma UC brasileira enfrentava ameaças, como invasões ou outros riscos, logo chegava um fax na sede da Rede com pedido de ajuda. A questão era compartilhada com

os membros da Rede, que estudavam o problema, conversavam com os gestores locais da unidade ameaçada e preparavam uma mobilização. Acionavam a imprensa, bem como representantes do governo ou do setor privado, criavam campanhas chamando a atenção para a causa e, se necessário, levavam o tema à Justiça. “Com a Rede Pró-UC, as UCs tinham a segurança de contar com uma estrutura parceira, com conservacionistas que ajudavam a fazer barulho”, lembra Karam.

O biólogo Alexandre Lorenzetto, que trabalhou na Rede até 2007, lembra de ter contato frequente com as equipes de órgãos ambientais federais e estaduais no Brasil. Onde havia ameaças às UCs, ele e outros membros trabalhavam em sintonia com os técnicos locais. Uma das campanhas mais memoráveis durante seu período na instituição foi a defesa das florestas com araucárias. “A Rede foi convidada para compor a força-tarefa das araucárias. Participamos ativamente da discussão estratégica com a então ministra do Meio Ambiente Marina Silva e fomos a campo para fazer levantamentos e reuniões nos locais onde posteriormente seriam criadas UCs¹⁶”.

A Rede Pró-UC também realizava pesquisas, como a avaliação da cobertura sobre o tema de UCs na mídia; produzia documentos técnicos para defender unidades de conservação; e organizava a distribuição dos anais dos CBUCs a instituições interessadas e pesquisadores do país inteiro, por serem publicações

atualizadas sobre o tema da conservação. Também se envolvia em pleitos de mais longo prazo, como defender a criação da profissão de guarda-parque. “Nós abarcávamos toda demanda de conservação da natureza e éramos uma peneira para selecionar assuntos mais relevantes em cada momento”, diz Sandro Coneglian.

O fato de ser uma organização independente permitia que a Rede colocasse em debate assuntos delicados que seus próprios membros não se sentiam confortáveis para abordar sozinhos. Sua existência resolveu um conflito inerente às ONGs ambientais: ao mesmo tempo em que possuem muitos motivos para criticar o poder público e as empresas, precisam se manter próximos deles para articular projetos e conseguir financiamento. Sempre que assumem um posicionamento excessivamente combativo, perdem espaço e dinheiro, o que dificulta sua atuação. A Rede tomou para si o papel de advogar pela conservação da natureza e vocalizar os problemas das UCs, sem comprometer a imagem ou as articulações realizadas por seus membros, evitando que eles se expusessem nominalmente. “É uma maneira de diluir, de não pesar nas costas de uma única instituição, funcionando como um guarda-chuva”, explica Milano.

4.3 Legado dos CBUCs

Com o evidente sucesso do II CBUC, outros congressos se seguiram. O terceiro evento da série, dois anos após Campo Grande, aconteceu em Fortaleza. Foi realizado em parceria com o governo do estado

¹⁶ Em 2005 foi criado o Parque Nacional das Araucárias (SC) e, em 2006, o Parque Nacional dos Campos Gerais (PR).

e com a ONG local Associação Caatinga, integrante da Rede Pró-UC. Bosco Carbognin, um de seus fundadores, era um empresário que se aliou à causa conservacionista. Foi uma das primeiras pessoas a falar de responsabilidade social no Ceará. Segundo ele, a Rede foi fundamental em sua vida: “Abriu meu horizonte para visões mais profundas da questão da conservação”.

O III CBUC foi ainda maior que as edições anteriores, reunindo cerca de 900 pessoas. Obteve-se um apoio expressivo do Ibama ao evento, o que possibilitou a participação de todos os chefes de UCs federais, trazendo um público muito qualificado para as discussões. Vê-los ali reunidos e uniformizados foi uma imagem que emocionou Verônica. “Entendíamos que a Rede também existia para fortalecer as pessoas que estavam dentro das UCs”, diz.

Foi em Fortaleza que se articulou uma parceria informal entre chefes de UCs e integrantes do Ministério Público Federal (MPF), estabelecida por meio do diálogo do almirante Ibsen e Milano com o então coordenador geral da 4ª Câmara do MPF, Roberto Gurgel, presente como palestrante. A ideia, que funcionou por algum tempo, era abrir as portas do MPF aos chefes das UCs para apoio em demandas judiciais. Congressos seguintes chegaram a contar com a presença de mais de 20 procuradores, apoiados pela coordenação da 4ª Câmara.

Depois de Fortaleza, foram realizados outros seis Congressos – em 2004, 2007, 2009, 2012, 2015 e 2018. No entanto, a Rede

não foi mais incluída como coorganizadora deles, ficando a Fundação O Boticário como organizadora única. Algo que começara despretensiosamente acabou se tornando o maior evento de meio ambiente no Brasil. “A última edição foi em 2018 e depois fizemos eventos menores e *online* durante a pandemia. Mas até hoje as pessoas perguntam se a gente vai fazer outro. Ficou uma lacuna”, diz Malu Nunes.

Uma das edições do CBUC foi citada pelo historiador ambiental norte-americano Alfred Runte como exemplo do que se faz a sério pelo planeta. Runte, uma das principais autoridades mundiais na pesquisa sobre parques nacionais, disse que não imaginava encontrar um evento dessa dimensão no hemisfério Sul.

Os CBUCs tinham um formato inteligente e inovador para a época. Havia as plenárias principais de manhã e os eventos paralelos à tarde que abordavam subtemas, como uma discussão relacionada à profissão de guarda-parque. Todos os congressos reuniam pesquisadores do Brasil e do mundo que eram referência na proteção da natureza.

Por tratar o tema da conservação com tanta seriedade e respeito, o evento promoveu os profissionais dedicados a ele, criando um senso de comunidade para indivíduos que costumavam trabalhar isoladamente. Por meio dos anais, conquistou relevância científica, com artigos que abordavam assuntos de vanguarda e propunham discussões inéditas. Além disso, as discussões realizadas durante os CBUCs contribuíram

para pautar os temas da área da conservação em cada período, mobilizando apoios, inclusive financeiro, para projetos de pesquisa e campanhas. “Os congressos foram essenciais por pelo menos 20 anos na formação de muitos conservacionistas brasileiros”, afirma Sandro.

4.4 Grupo Iguaçu

Apesar de a Rede não participar mais da organização dos CBUCs a partir de 2004, os eventos continuaram sendo essenciais para sua trajetória. No V CBUC, realizado em 2007, em Foz do Iguaçu, foi lançado o Grupo Iguaçu, um braço intelectual independente de apoio à Rede, que produziu importantes documentos pró-UCs. Formado por pessoas físicas, o grupo mobilizou alguns dos conselheiros e associados – entre eles, Milano, Ibsen, Malu, Borges, Fernandez, Brant e Marcos Sá Corrêa.

Naquele momento, Milano havia deixado o comando da Fundação O Boticário e se tornara representante da Fundação Avina, organização criada em 1994 para promover o desenvolvimento sustentável na América Latina. Com recursos da Avina e a articulação de Milano, foi contratado o primeiro estudo publicado pelo Grupo Iguaçu, intitulado “Assentamentos de Reforma Agrária, Meio Ambiente e Unidades de Conservação”¹⁷. Ela-

17 OLMOS, F.; BORGES, C. R. S.; FERNANDEZ, F. A. dos S.; CÂMARA, I. de G.; CORRÊA, M. S.; NUNES, M. L.; MILANO, M. S.; ROCHA, S. B.; THEULEN, V. *Assentamentos da Reforma Agrária, Meio Ambiente e Unidades de Conservação*. Curitiba: Avina Brasil (CD-ROM), 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/391456998_ASSENTAMENTOS_DA_RE-

borado por Fábio Olmos, mostrou os conflitos existentes entre UCs e reforma agrária, descrevendo três áreas em que assentamentos estavam gerando impacto na unidade de preservação – Guaraqueçaba (PR), Bodoquena (MS) e Serra da Capivara (PI). Defendia, em sua conclusão, maior atenção a critérios técnicos para evitar que as iniciativas de distribuição de terras tivessem como dano colateral desastres ambientais.

O segundo estudo, “Terras de Quilombolas e Unidades de Conservação: uma discussão conceitual e política, com ênfase nos prejuízos para a conservação da natureza”¹⁸, foi elaborado por José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond, professores da Universidade de Brasília (UnB). Reuniu evidências contrárias ao uso de espaços protegidos como compensação por violências e injustiças cometidas contra grupos sociais no passado e à fabricação de casos.

Assim como a Rede Pró-UC, o Grupo Iguaçu se mobilizou para tocar em assuntos que outras organizações tinham dificuldade em expor de maneira direta e adequada.

FORMA_AGRARIA_MEIO_AMBIENTE_E_UNIDADES_DE_CONSERVACAO. Acesso em: 3 maio 2026.

18 DRUMMOND, J. “Terras de Quilombolas e Unidades de Conservação: uma discussão conceitual e política, com ênfase nos prejuízos para a conservação da natureza.” Curitiba, Paraná, Grupo Iguaçu, 2009, p. 104. Disponível em: https://www.academia.edu/3435715/Terras_de_Quilombolas_e_Unidades_de_Conserva%C3%A7%C3%A3o_uma_discuss%C3%A3o_conceitual_e_pol%C3%ADtica_com_%C3%AAnfase_nos_preju%C3%A-Dzos_para_a_conserva%C3%A7%C3%A3o_da_natureza. Acesso em: 3 maio 2026.

Por ironia do destino, foi durante a 6ª edição do CBUC, realizada em 2009, em Curitiba, que a assembleia geral de membros da Rede deliberou pela extinção do formato institucional até então vigente, já esgotado devido a vários problemas de governança e sustentabilidade financeira. Em seu lugar surgiu uma "associação de pessoas físicas", ONG típica, mantendo-se tanto o nome quanto os objetivos e princípios. Durante os quatro anos seguintes, a organização ficou em *stand-by*. Houve algumas tentativas de reativação, mas sem financiamento era impossível manter o trabalho.

4.5 Evolução da marca da Rede Pró-UC ao longo do tempo



REDE PRÓ-UC
REDE PRÓ-UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



5. Segunda Fase: Nova Estrutura, Novas Batalhas

A 1.400 quilômetros de Curitiba, uma nova personagem entrava em cena para somar forças ao movimento de conservação no Brasil. Já tendo atuado em outros projetos de filantropia, Teresa Bracher se interessava cada vez mais pelo meio ambiente. Entre 2005 e 2006, comprou quatro fazendas no Pantanal com o objetivo de conservar a área da lagoa Baía Vermelha, em Corumbá (MS), consolidando o acidente geográfico em uma única propriedade.

Conforme Teresa investia na região e se aprofundava no assunto, começou a perceber que seu conhecimento não seria suficiente para conduzir um projeto de maior escala. Em parceria com a agrônoma Isabel Villalobos, realizou uma prospecção para entender melhor o Pantanal e seus problemas. Durante esse trabalho, entrevistou mais de cem pessoas. Miguel Milano soube do movimento e entrou em contato para agendar uma conversa.

Como representante da Fundação Avina, responsável pelo Sul do Brasil e pelo Pantanal, uma das funções de Milano era identificar e apoiar lideranças capazes de fazer a diferença na região. Teresa o encontrou em 2007, na Estação Natureza Pantanal, uma iniciativa da Fundação O Boticário, em Corumbá (MS). A conversa levou à inserção de Teresa na Fundação Avina, da qual recebeu apoio institucional e financeiro para desenvolver projetos de conservação e educação em Corumbá. Também foi o início de uma amizade entre os dois. Naquele mesmo ano, ela participou do V CBUC, realizado em Foz do Iguaçu.

Alguns anos mais tarde, Milano ajudou Teresa quando ela mapeava a ocupação humana do Pantanal. Naquele momento, ela e um grupo de ambientalistas dedicados a esse bioma encaravam o dilema tantas vezes vivido pelos membros da Rede Pró-UC: suas iniciativas de proteção da natureza eram criticadas

com o argumento de que inviabilizariam o modo de vida da “população tradicional”. Milano indicou dois historiadores que contribuíram para um estudo robusto sobre o contexto e a origem dos ribeirinhos que viviam às margens do rio Paraguai¹⁹. A pesquisa mostrou que proteger territórios por meio de unidades de conservação – um dos esforços de Teresa na região – não era nem causa nem origem da condição fragilizada das populações locais. Sua marginalização, na realidade, estava associada a questões hidrológicas e fundiárias, do final do século 20, e ao fim da caça clandestina comercial, da qual muitos deles viviam.

Em 2013, Milano recebeu um e-mail de Angela Kuczach, que trabalhava com empreendedorismo da conservação na SPVS, dirigida por Clóvis Borges. Havia acabado de conhecer o Boqueirão da Onça, na Bahia, próximo à divisa com Pernambuco, onde vive a maior população de onças-pintadas da Caatinga. Indignada com a ausência de áreas protegidas na região, aproveitou o voo de Petrolina até Recife para enviar uma mensagem para sua rede de contatos. Dizia, em resumo, que aquela região precisava virar um parque nacional – uma possibilidade que já vinha sendo estudada desde 2002²⁰. Milano respondeu e chamou Angela para apresentar sua ideia. Não tomaram uma

19 A pesquisa de Aldemir Inácio de Azevedo e José Augusto Drummond deu origem ao livro *Biodiversidade e ocupação humana do Pantanal mato-grossense: conflitos e oportunidades*, publicado pela editora Garamond, em 2013.

20 Em 2002, Sérgio Brant havia dado início aos trabalhos para criar uma UC de proteção integral na região. Por sua delegação, Júlio César Duarte e José Correia Machado iniciaram os estudos na área. No entanto, o decreto do Parque Nacional do Boqueirão da Onça aconteceu apenas em abril de 2018.

providência imediata, mas o assunto ficou na cabeça de ambos.

Diante da questão de Teresa em relação à população tradicional em Corumbá e da proatividade de Angela, Milano teve uma ideia. Contou a ela sobre a Rede Pró-UC, descrevendo a atuação dos membros fundadores nos anos anteriores. Explicou que a organização seguia existindo no papel e que, com seu apoio financeiro, poderiam reativá-la para assumir disputas como a que ela enfrentava para ampliar as áreas de proteção no Pantanal. Teresa gostou da ideia. A essa altura, ela já havia assumido a identidade de ambientalista. Apaixonada por parques nacionais, considerava áreas de proteção integral um pilar fundamental na estratégia de conservação da natureza e biodiversidade. “É uma causa que me toca muito e é algo necessário. Com o avanço econômico, principalmente em um país agrário, se não houver unidades de conservação não sobra nada”, afirma Teresa. Sua única exigência era não se envolver pessoalmente na gestão. Doaria os recursos e Milano cuidaria da articulação.

Milano, então, ligou para Angela. Explicou que havia surgido a oportunidade de retomar a Rede e que pensara nela para liderar esse novo esforço, usando como gancho o caso do Boqueirão da Onça. Ela hesitou. Estava feliz na SPVS. Sabia que estar à frente da Rede exigiria “trabalhar na agenda do combate”, como ela mesma definiu. Enfrentaria desmontes da legislação ambiental, invasão de áreas protegidas e ataques de todos os tipos às unidades de conservação. Porém,

sendo uma causa com a qual se envolvera profundamente, ao final aceitou o convite. Com Teresa aportando os recursos e Angela disposta a liderar a operação, a Rede Pró-UC retomou suas atividades em outubro de 2013.

5.1 Novo formato

Nos primeiros meses, era preciso endereçar as questões burocráticas para que a organização voltasse a existir formalmente: reativar o CNPJ, conseguir alvarás, criar uma conta bancária, abrir um escritório. Nesse processo, Angela foi a São Paulo conhecer Teresa pessoalmente. Ela lhe pediu uma estimativa de quanto recurso a Rede precisaria naquele momento. “Eu não tinha essa resposta. Até aquele momento o que me guiava era o meu ativismo”, conta. Tornar-se gestora era um novo desafio, e ela foi aprendendo na prática como cuidar de uma instituição sem fins lucrativos, trilhando, muitas vezes, o caminho mais longo pela falta de experiência. A dificuldade, no entanto, era compensada pela proatividade. Entre erros e acertos, ela seguia buscando soluções.

Apesar de manter o nome “Rede”, a organização não era mais uma articulação de organizações que decidiam em conjunto para onde direcionar os esforços. Legalmente, passou a operar como associação civil sem fins econômicos, com uma estrutura de governança clara: assembleia de sócios no topo, conselho, inclusive com integrantes não associados para melhorar a transparência, e estrutura executiva como instâncias distintas.

A Rede precisava definir com precisão as causas nas quais atuar, pois não havia recursos humanos e financeiros para estar em todas as frentes – por três anos, Angela foi a única funcionária, e, depois, a equipe permaneceu enxuta. Assim, a Rede mapeava, se conectava e unia forças com outras organizações que possuíam sinergia com o foco escolhido.

O primeiro exemplo desse novo posicionamento foi a criação da Coalizão Pró-UC. No final de 2013, Angela entrou em contato com uma representante da WWF no Brasil e contou que estava retomando a Rede. Por uma feliz coincidência, naquele momento, a WWF e outras ONGs estavam preocupadas com a manutenção e a criação de UCs. Ela foi convidada para uma reunião na qual discutiriam o assunto. O encontro, que reuniu instituições como Conservação Internacional e SOS Mata Atlântica, deu origem à Coalizão Pró-UCs. O grupo existe até hoje e congrega instituições²¹ comprometidas com a valorização e a defesa das UCs.

A partir do envolvimento com a Coalizão Pró-UC, a Rede se posicionou entre organizações maiores, com atuação nacional. Angela decidiu usar isso a seu favor, para ganhar espaço e relevância. Apesar de ter um orçamento reduzido e um time pequeno, passou a “puxar” para a Rede várias iniciativas que surgiam no âmbito da Coalizão Pró-UCs. “Porque tecnicamente eu entendia de UCs,

21 Além da Rede, fazem parte da Coalizão Pró-UCs as seguintes instituições: Conservação Internacional, Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Instituto Semeia, SOS Mata Atlântica e WWF Brasil.

sabia o que estava fazendo. Não tinha como executar tudo sozinha, mas sabia articular e desenvolver as estratégias necessárias”, conta. Com isso, a Rede ganhou espaço dentro do grupo e teve a oportunidade de ampliar sua atuação dentro do Congresso Nacional, amadurecendo seu posicionamento como instituição de *advocacy*²². A organização passou a acompanhar as pautas, atuar junto a deputados e senadores, construir notas técnicas e participar dos debates de projetos de lei.

A atuação da Rede em sua retomada também foi impulsionada pelo momento do país. Em 2013, eram notórias as ameaças às UCs, com a diminuição de orçamento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a estagnação do processo de criação de novas unidades. Além disso, iniciavam-se as obras da usina de Belo Monte, no norte do Pará, gerando diversos impactos ambientais. No Congresso, apareciam novos projetos de lei contra as UCs. Assim, apesar da mudança de estrutura, a Rede manteve sua essência e missão, seguindo como porta-voz na defesa das UCs brasileiras.

5.2 Conquistas no mar e na terra

Nessa segunda fase, a Rede travou diversas batalhas e fez algumas conquistas emblemáticas. Uma delas foi a campanha “É a Hora do Mar”, que defendeu a ampliação

de áreas marinhas protegidas. Entre 2011 e 2017, dezenas de países anunciaram a proteção de territórios oceânicos – entre eles, Estados Unidos, Reino Unido, Chile e pequenas nações do Pacífico, estas diretamente ameaçadas pelos efeitos das alterações climáticas. Já o Brasil, que havia se comprometido a proteger 10% do bioma marinho até 2020, nada fez. Apenas 1,6% das águas territoriais brasileiras eram demarcadas como UCs, sendo a maior parte delas de uso sustentável.

Embaladas pelo movimento internacional, diversas organizações científicas e ambientalistas pressionaram o governo em relação a essa pauta. Em fevereiro de 2017, o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, recebeu uma comitiva para discutir um plano de ação com vistas a ampliar e fortalecer as UCs marinhas. O assunto não avançou na velocidade esperada. Então, mais de 40 organizações lançaram o movimento “É a Hora do Mar” para chamar atenção da sociedade sobre o assunto. Com autonomia e liberdade para se posicionar, a Rede Pró-UC foi uma das lideranças dessa mobilização. A campanha envolveu anúncios com celebridades e emplacou uma reunião entre Michel Temer, então presidente da República, e a norte-americana Sylvia Earle, uma das maiores autoridades mundiais em proteção dos oceanos.

Em março de 2018, a vitória: Temer assinou um decreto transformando partes dos arquipélagos de São Pedro e São Paulo, em Pernambuco, e de Trindade e Martim Vaz, no Espírito Santo, nos dois maiores conjuntos de UCs marinhas do Brasil. Com

isso, a porção de áreas marinhas protegidas no Brasil passou para 25%.

Naquele mesmo ano, a Rede lançou a campanha “Um Dia no Parque”, com o intuito de fazer uma grande mobilização em prol dos parques nacionais. A ideia partiu de Angela, que queria mostrar como o privilégio de viver momentos na natureza estava ao alcance de todos, gratuitamente, convidando os brasileiros a conhecer áreas de conservação.

A primeira edição aconteceu em julho de 2019, no mês em que se comemora o aniversário da Lei do SNUC, contando com o apoio de organizações participantes da Coalizão Pró-UC. Teve um orçamento de apenas R\$ 10 mil e 63 UCs participantes. No ano seguinte, com o apoio da The Nature Conservancy (TNC) e da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), criaram uma identidade visual para a campanha, o que contribuiu para a divulgação e o crescimento do projeto.

Em 2025, o número de unidades participantes do “Um Dia no Parque” subiu para 402, com aproximadamente 130 mil participantes, tornando-se uma importante ação de mobilização em prol das unidades de conservação do país. Ao tornar essas áreas mais conhecidas da população, colabora para gerar emprego e renda, proteger a natureza e transformar o olhar dos brasileiros sobre as UCs. Foi o caso de uma senhora de 75 anos, moradora da região da Serra da Canastra, em Minas Gerais. Durante uma das campanhas, ela visitou o parque nacional pela primeira

vez. Queria entender por que tanta gente vinha de longe para a sua cidade. Quando vislumbrou o cenário, compreendeu.

Outra batalha emblemática na qual a Rede se engajou nos últimos anos foi relacionada à Estrada do Colono, no Paraná. A via foi aberta nos anos 1950 no Parque Nacional do Iguaçu e, com a convivência do governo, se manteve em funcionamento até 1986. Naquele ano, uma decisão judicial apontou danos ambientais e o caminho foi fechado pela primeira vez. Foi Sérgio Brant, então funcionário do IBDF e um dos futuros membros da Rede, quem fez o parecer que embasou a decisão naquela época.

A decisão definitiva e a desocupação da Estrada do Colono só aconteceria nos anos 2000. Ainda assim, em períodos eleitorais, é comum a demanda por sua reabertura ressurgir com força – uma estratégia política de candidatos que procuram temas fáceis para mobilizar a população local. Foram muitos os projetos de lei apresentados nos últimos vinte anos tentando reabrir a via, apesar de sua limitada relevância para a economia regional.

Nos momentos em que o debate volta à tona, a Rede Pró-UC se engaja, com outras organizações conservacionistas, para manter a Estrada do Colono fechada. É um trabalho que envolve articulação com o governo e a sociedade civil, elaboração de pareceres técnicos, além da desconstrução da narrativa de que a natureza deve ser sempre subjugada pelos interesses desenvolvimentistas.

22 Articulação em prol de uma causa e a defesa de um direito a partir da conscientização e do engajamento da sociedade.

“A Estrada do Colono é uma questão emblemática – uma das poucas histórias nessas últimas décadas, marcadas por ampla destruição da natureza, de um parque se mantendo sem cicatrizes”, diz Clóvis Borges. “A Rede não defendeu isso sozinha, mas teve uma função importante, inclusive de liderança em certos momentos”. A despeito de toda a pressão de políticos locais, a estrada permanece desativada – uma vitória para a natureza. Atualmente, seu traçado é invisível para quem sobrevoa a região. Foi tomado pela floresta, que se regenerou.

A iniciativa mais recente da Rede Pró-UC – e talvez a mais ousada até aqui – é a participação na articulação da Aliança Pantanal. Fazem parte do grupo organizações brasileiras, como Onçafari, SOS Pantanal e Panthera Brasil, e organizações internacionais, como Andes Amazon Fund, Bobolink, Wyss Foundation e Pew Charitable Trusts, lideradas pela Re:wild e seu representante no Brasil, Rodrigo Medeiros. Em uma ação inédita, essas instituições se uniram para apoiar a aquisição de áreas privadas para doação ao poder público, permitindo que parques nacionais e outras categorias de UCs sejam criadas ou expandidas com o objetivo de ampliar a proteção do Pantanal.

O papel da Rede foi ajudar a encontrar os parceiros estratégicos para cada momento do projeto e construir um caminho para colocar a ideia em prática, já que não havia referência no país. O trabalho incluiu reunir doadores, acionar organizações para dialogar com os governos estaduais e atuar junto

ao ICMBio e ao Ministério do Meio Ambiente para estruturar um protocolo que respaldasse os trâmites burocráticos necessários.

O projeto teve início em abril de 2023 e, durante dois anos, organizações e representantes dos governos se reuniram para buscar caminhos que possibilitassem a compra e a doação de maneira segura e justa. Era preciso desenvolver uma metodologia para que isso acontecesse e ter subsídios técnicos para encaminhar o processo de ampliação das duas principais UCs federais do Pantanal: o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense e a Estação Ecológica de Taiaimã.

Uma primeira tentativa de ampliação dessas áreas havia sido feita em 2018, porém sem sucesso. O principal entrave foram as consultas públicas, quando os proprietários das áreas a serem incorporadas às UCs demonstraram resistência, inseguros em relação ao processo de desapropriação e indenização. Em agosto de 2025, a Aliança Pantanal colaborou para uma nova rodada de consultas públicas. Com uma estratégia de advocacy e comunicação prévia, mobilizou atores-chave, apresentando o novo mecanismo de compra e doação, que resultou em menor resistência durante o processo.

Durante a COP-15 das Espécies Migratórias, realizada em Campo Grande, em março de 2026, foi anunciada a ampliação tanto do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense quanto da Estação Ecológica de Taiaimã, em 48 mil hectares e 58 mil hectares, respectivamente.

5.3 Profissionalização

Conforme a Rede ganhou relevância nacional, participando de cada vez mais ações de defesa da natureza, surgiram alguns dilemas internos. Havia ruídos na comunicação entre o conselho e a equipe executiva da Rede. Por um lado, os conselheiros sentiam que não estavam sendo consultados para a tomada de decisões. Por outro, a equipe recebia semanalmente pedidos de ajuda de todo o país, e tinha a percepção de que não encontrava nos conselheiros o respaldo e apoio necessários para agir.

Diante desses dilemas, Teresa Bracher decidiu rever seu acordo inicial com Milano. Deixou de ser apenas doadora para se aproximar do dia a dia da Rede. Concluiu que, se nada fosse feito, a organização iria novamente para a gaveta. Já havia passado quase 10 anos desde que ajudara na retomada da instituição, e ela sabia que era a única ONG brasileira integralmente comprometida com a defesa das unidades de conservação. “Quis ajudar doando também meu tempo, porque não suportaria ler no jornal as notícias de parques sendo diminuídos e me ver impotente”, diz. A Rede era a única organização à qual recorrer em caso de ataques às UCs e não fazia sentido que sucumbisse devido a conflitos internos.

Em 2023, Teresa consultou o também conselheiro Roberto Klabin, fundador da SOS Mata Atlântica e pioneiro na implementação do ecoturismo no Brasil. Queria saber se ele aceitaria o cargo de vice-presidente do conselho. Essa era a condição para

ela se tornar presidente. Considerava que formariam uma boa dupla – ela, com um olhar mais voltado à gestão interna, e ele, com perfil de articulação e interlocução externa. Roberto topou, e os dois assumiram.

Com o apoio de uma consultoria especializada, a Rede, aos poucos, se reestruturou e se fortaleceu institucionalmente. O trabalho envolveu elaboração de um planejamento estratégico, contratação de novos profissionais, coaching para a liderança e estabelecimento de uma rotina de reuniões para melhorar o diálogo entre a equipe executiva e os conselheiros. Em dezembro de 2023, os membros da equipe e do conselho tiveram a oportunidade de se encontrar pessoalmente pela primeira vez.

Aos poucos, a Rede também incorporou hábitos para organizar dados e processos, respeitando sua característica ágil. Segundo Angela, como a organização funciona por demanda e lida com urgências, precisa ser como uma lancha rápida, em vez de um navio transatlântico operado por uma profusão de normas e procedimentos complicados. Por outro lado, havia a necessidade de aprimorar processos de prestação de contas, estabelecer indicadores financeiros e criar rotinas para a produção de relatórios institucionais, inclusive para participar de projetos maiores e processos de captação de recursos, nos quais a Rede seria auditada.

Em conjunto, os integrantes da Rede refletiram sobre suas metas na defesa das UCs nos anos seguintes, priorizando projetos e recursos. “Foi importante refinar o

foco da instituição. Entender quais são as oportunidades e os desafios para defender as áreas protegidas; onde focar a energia, dado o que está acontecendo agora e o que pode acontecer no futuro próximo”, afirma Paulo Barreto, cofundador e pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que, em 2022, passou a integrar o conselho da Rede.

Apesar dos desafios internos, a Rede conseguiu evoluir e manter a consistência e a qualidade de sua atuação. Com trabalho estratégico, equipe técnica qualificada, conselho diverso e capacidade de priorização, consegue acessar canais de poder e influência, mesmo com orçamento limitado.

Clóvis Borges, da SPVS, ressalta que esse segundo momento permitiu se profissionalizar e elevar ainda mais a qualidade do trabalho. Mesmo que sua estrutura ainda não consiga atender todas as demandas das UCs, ele considera fundamental a existência de uma instituição com esse perfil no país. “A Rede mudou, e vejo que há muita conquista. Hoje, ela é reconhecida como uma instituição com legitimidade para tratar do assunto”, afirma Verônica.

6. Legado e Relevância

Em quase 30 anos de existência, a Rede contribuiu para a defesa da biodiversidade brasileira, constantemente ameaçada por demandas desenvolvimentistas ou sociais. Ao longo desse período, permaneceu fiel ao objetivo que a torna singular perante outras organizações ambientais. “É a única entidade no Brasil que tem como pauta prioritária defender as unidades de conservação de proteção integral”, afirma Sérgio Brant, que permanece membro do conselho da organização.

Em 2024, um levantamento com parceiros da Rede mostrou que a instituição é reconhecida em diversas frentes: atuação eficaz na defesa das UCs; articulação e mobilização de diferentes atores; criação de agendas positivas, como a campanha “Um Dia no Parque”; monitoramento de ameaças e reação rápida por meio do advocacy; produção de conhecimento e notas técnicas, compartilhadas com outras organizações; além de influência e respeito no meio ambientalista.

Eduardo Pegurier, presidente do conselho do portal O Eco, ressalta a coragem e a disposição da Rede para atuar praticamente sozinha. “Não há quem defenda os parques. O governo decreta, mas administra mal e não incentiva a visitação. Há muita gente querendo extrair recursos de dentro deles. A única entidade que defende essas áreas é a Rede Pró-UC, que aparece na hora da emergência”, diz.

Esse é um legado significativo que não tem sido fácil manter. Apesar de, nas últimas três décadas, o assunto ambiental ter se tornado onipresente, a discussão não necessariamente avança no sentido de defender áreas protegidas. Para Clóvis Borges, é muito difícil explicar à população a importância da proteção integral em um país no qual a sociedade preza pouco por seu patrimônio histórico, cultural e natural. “Os conservacionistas querem mostrar o valor intrínseco da natureza, a beleza, a importância da biodiversidade, mas a gente não

tem essa cultura”, diz. A existência de UCs, segundo Malu Nunes, muitas vezes é percebida como a perda de um território potencialmente produtivo.

O esforço da Rede também enfrenta embates com os socioambientalistas, que pressionam para distribuir territórios conservados a grupos minoritários. Nos últimos anos, somam-se a essa antiga disputa novos obstáculos: o questionamento da ciência e a divulgação de fake news. “Tivemos um governo que combateu ostensivamente a biodiversidade, como se isso não sustentasse a economia e a vida das pessoas. Foi uma desconstrução muito forte”, diz Malu.

Nesse contexto, a pauta da Rede Pró-UC é pressionada pelo desenvolvimento a qualquer custo e a solução de demandas sociais, muitas vezes sendo vista como “politicamente incorreta” por defender que algumas áreas sejam mantidas sem ocupação. A despeito das adversidades, a Rede segue focada em fazer muito com pouco e de defender o que está assegurado pela legislação brasileira.

Felizmente, o momento também traz boas notícias. Iniciativas e estudos recentes corroboram a importância da proteção integral e reforçam a narrativa institucional da Rede, trazendo novos argumentos e tornando mais fácil “vender” esse conceito.

A noção de serviços ecossistêmicos, por exemplo, vem sendo divulgada de modo cada vez mais didático, mostrando à população que florestas preservadas proporcionam desde recursos hídricos até polinizadores

essenciais para o agronegócio. “É uma visão utilitarista da natureza, mas talvez essa seja a única maneira de lidar com a sociedade: mostrando o que ganhamos ao conservar”, afirma Borges.

Outra maneira favorável de “empacotar” a proteção integral tem sido o turismo de natureza, provando que a conservação também gera ganhos financeiros e sociais. Áreas protegidas podem gerar renda para a população em seu entorno, atraindo turistas convencionais, amantes da aventura e apreciadores da vida selvagem.

Fábio Olmos cita o exemplo da Serra da Capivara, no Piauí, onde a economia foi modificada pela criação do parque. A arqueóloga franco-brasileira Niède Guidon, cuja trajetória foi intimamente ligada ao parque, idealizou ali uma fábrica de cerâmica para gerar emprego e renda para a população. O projeto teve êxito, e as peças se tornaram referência, vendidas em lojas no Brasil e no mundo²³. “Comecei a trabalhar com a equipe da Niède quando ainda era estudante de graduação, fazendo levantamentos de fauna e ajudando na elaboração do plano de manejo do parque nacional. Vi como a realidade se transformou, contra todas as probabilidades. Essa experiência me trouxe a convicção de que a proteção integral pode ser o vetor de desenvolvimento de uma região”, afirma Olmos.

23 SOUZA, E. Fábrica de cerâmica da Serra da Capivara produz 10 mil peças por mês e atende até o Masp; conheça. G1, ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2025/08/04/fabrica-de-ceramica-da-serra-da-capivara-produz-10-mil-pecas-por-mes-e-atende-ate-o-masp-conheca.ghtml>. Acesso em: 3 maio 2026.

Outro bom exemplo é a Grande Reserva da Mata Atlântica, iniciativa inovadora no Brasil para promover o maior remanescente desse bioma do mundo. Inspirada na experiência do Parque Nacional de Iberá, na Argentina²⁴, e no conceito de Produção de Natureza²⁵, a área reúne cerca de 3 milhões de hectares de ambientes conservados, localizados entre os estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. A iniciativa visa projetar essa área como um destino para o turismo de natureza, que já é reconhecido nacional e internacionalmente. O movimento reúne atores públicos, privados, comunitários, não governamentais e da academia, que promovem a região como um modelo estratégico para alinhar desenvolvimento e conservação de áreas naturais.

Seja qual for o argumento mais convincente em cada momento, a Rede seguirá buscando caminhos para defender as UCs de proteção integral, certa de que elas são um pilar essencial para a manutenção da biodiversidade e do bem-estar humano. Nos momentos mais desafiadores, é preciso lem-

24 Uma das mais importantes áreas protegidas da Argentina, foi criada após uma doação da Conservation Land Trust (CLT), fundação dos conservacionistas norte-americanos Douglas e Kris Tompkins. Eles iniciaram ali um projeto de *rewilding* – uma abordagem de conservação que busca restaurar ecossistemas naturais ao seu estado original –, removendo a interferência humana e reintroduzindo espécies nativas.

25 O biólogo e conservacionista espanhol Ignacio Jiménez Pérez, que, durante mais de uma década, coordenou o trabalho de reintrodução de espécies na Conservation Land Trust (CLT), escreveu um livro com esse título, estruturando um método para mostrar que regiões bem conservadas viabilizam empregos e renda e incrementam o desenvolvimento regional, tornando-se relevantes ativos econômicos. O livro foi traduzido para o português pelo Documenta Pantanal e está disponível em <https://documentapantanal.com.br/book/producao-de-natureza/>

brar das palavras do almirante Ibsen: “Depois que tudo houver sido dito e escrito, ao final restarão apenas as unidades de conservação como o ato mais consequente de uma política para a preservação da biodiversidade do planeta”²⁶.

26 MUANIS, M. M.; SERRÃO, M.; GELUDA, L. *Quanto custa uma unidade de conservação federal?* Uma visão estratégica para o financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Rio de Janeiro: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, 2009. Disponível em: <https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2017/07/QUANTO-CUSTA-UMA-UNIDADE-DE-CONSERVACAO-FEDERAL.pdf>. Acesso em: 3 maio 2026.

7. Anexo

Reconhecemos aqui as pessoas e instituições que nos últimos 30 anos contribuíram para a existência da REDE PRÓ-UC:

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Alexandre Lorenzetto | <ul style="list-style-type: none">• Verônica Theulen |
| <ul style="list-style-type: none">• Alexandre Mansur | <ul style="list-style-type: none">• Associação Amigos da Terra |
| <ul style="list-style-type: none">• Angela Kuczach | <ul style="list-style-type: none">• Associação Caatinga |
| <ul style="list-style-type: none">• Angela Tresinari Bernardes | <ul style="list-style-type: none">• Conservation International Brasil (CI-Brasil) |
| <ul style="list-style-type: none">• Bosco Carbognin | <ul style="list-style-type: none">• Fundação Grupo O Boticário |
| <ul style="list-style-type: none">• Clóvis Borges | <ul style="list-style-type: none">• Fundação Pró-Natureza (Funatura) |
| <ul style="list-style-type: none">• Fábio Olmos | <ul style="list-style-type: none">• Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) |
| <ul style="list-style-type: none">• Fernando Fernandez | <ul style="list-style-type: none">• Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) |
| <ul style="list-style-type: none">• Francisco Putini | <ul style="list-style-type: none">• Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná (GEEP-Açungui) |
| <ul style="list-style-type: none">• Guilherme Karam | <ul style="list-style-type: none">• Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) |
| <ul style="list-style-type: none">• Gustavo Fonseca | <ul style="list-style-type: none">• Instituto do Homem e Meio-Ambiente da Amazônia (Imazon) |
| <ul style="list-style-type: none">• Ibsen de Gusmão Câmara | <ul style="list-style-type: none">• Instituto Semeia |
| <ul style="list-style-type: none">• Malu Nunes | <ul style="list-style-type: none">• International Whaling Comission (IWC) |
| <ul style="list-style-type: none">• Marc Dourojeanni | <ul style="list-style-type: none">• Pangéia |
| <ul style="list-style-type: none">• Marcos Sá Corrêa | <ul style="list-style-type: none">• SOS Mata Atlântica |
| <ul style="list-style-type: none">• Maria Tereza Jorge Pádua | <ul style="list-style-type: none">• Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) |
| <ul style="list-style-type: none">• Maude Nancy | <ul style="list-style-type: none">• The Nature Conservancy (TNC) |
| <ul style="list-style-type: none">• Miguel Serediuk Milano | <ul style="list-style-type: none">• WWF Brasil |
| <ul style="list-style-type: none">• Paulo Barreto | |
| <ul style="list-style-type: none">• Roberto Klabin | |
| <ul style="list-style-type: none">• Sandro Coneglian | |
| <ul style="list-style-type: none">• Sérgio Brant Rocha | |
| <ul style="list-style-type: none">• Teresa Bracher | |



REDE PRÓ-UC